

Habitação e Arquitectura VII: a Agradabilidade Residencial

Infohabitar, Ano VI, n.º 319

Novos comentários sobre a qualidade arquitectónica residencial
Melhor Habitação com Melhor Arquitectura VII: a Agradabilidade
Arquitectónica Residencial

Artigo de António Baptista Coelho

Nota prévia: retomando uma edição cujo último “capítulo”, sobre a capacidade arquitectónica residencial, foi editado com o n.º 318 deste Infohabitar, publicam-se agora algumas reflexões sobre a matéria da agradabilidade arquitectónica residencial.

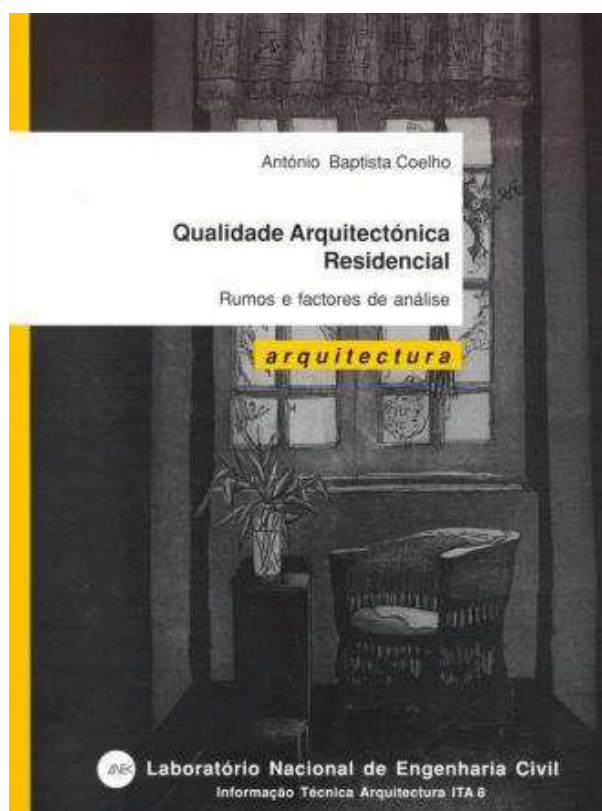


Fig. 01: capa da edição do LNEC "Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - ITA 8, da Livraria do LNEC, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC
http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=52319.php

Introdução geral

Nas páginas seguintes apontam-se alguns aspectos que têm sido constante e sistematicamente ponderados, na sequência da aplicação dos conceitos ligados aos diversos rumos de qualidade arquitectónica residencial. Não se trata, assim, da sua respectiva e clarificada estruturação, mas apenas da sua ponderação cuidada, considerando os anos de prática de análise, que já decorreram desde a sua formulação inicial.

Salienta-se ser possível aprofundar estas matérias num estudo editado pela livraria do LNEC - intitulado " **Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise**" - n.º 8 da colecção Informação Técnica Arquitectura, ITA 8 - que contém um desenvolvimento sistemático dos rumos e factores gerais de análise da qualidade arquitectónica residencial, que se devem constituir em objectivos de programa e que correspondem à definição de características funcionais, ambientais, sociais e de aspecto geral a satisfazer para que se atinja um elevado nível de qualidade nos espaços exteriores e interiores do habitat humano.

Sublinha-se, no entanto, que a abordagem que se continua a fazer, em seguida, às matérias da agradabilidade, enquanto qualidade arquitectónica residencial, corresponde ao revisitado do tema, passados cerca de 15 anos do seu primeiro desenvolvimento, e numa perspectiva autónoma, diversificada e muito provavelmente suplementar, relativamente a essa primeira abordagem.



Fig. 02: uma ilustração/símbolo que acompanhou o estudo original

Apresentação: a Agradabilidade Arquitectónica Residencial

A agradabilidade arquitectónica residencial refere-se à multiplicidade de condições naturais de conforto ambiental e de comodidade, responsáveis por “pontes” com matérias mais específicas responsáveis pelo desenvolvimento de meios residenciais aprazíveis e confortáveis.

1. Introdução à agradabilidade arquitectónica residencial

A agradabilidade arquitectónica residencial liga-se à importância que tem o desenvolvimento de meios residenciais expressivamente aprazíveis e confortáveis, que proporcionem verdadeiro bem-estar e conforto ambiental aos habitantes, tanto nos seus espaços domésticos, como nas suas vizinhanças e nas sequências espaciais que estruturam estes espaços.

Considerar-se aqui esta ideia de “agradabilidade” arquitectónica residencial destacada da sua base de múltiplo conforto ambiental apenas quer sublinhar que as soluções técnicas ligadas a este conforto têm de basear as próprias soluções de arquitectura ou nelas estarem totalmente embebidas ou integradas.

Sobre esta matéria da relação entre concepção arquitectónica residencial e confortos (térmico, ventilação, visual/iluminação natural e artificial e acústico), há que sublinhar que apenas fará sentido actuar nestas áreas a posteriori, em termos correctivos, quando esta for a única opção possível, sendo que a regra deverá ser a de considerar todos os aspectos de conforto ambiental - luz natural e insolação/sombreamento, higrotérmica, ventilação, acústica e qualidade do ar - de forma integrada, na fase de início de concepção de todas as iniciativas associadas à promoção habitacional e ao verdadeiro habitar do espaço urbano.

De certa forma a base da concepção arquitectónica residencial, do espaço doméstico e dos mundos de vizinhança de proximidade, tem de embeber, com naturalidade e exigência esse tipo de preocupações e objectivos, e isso deverá influenciar uma provável reforma do próprio ensino superior da Arquitectura; reforma essa que deverá ser “irmã” de um (re)descobrir das bases verdadeiramente humanas do fazer dessa Arquitectura.

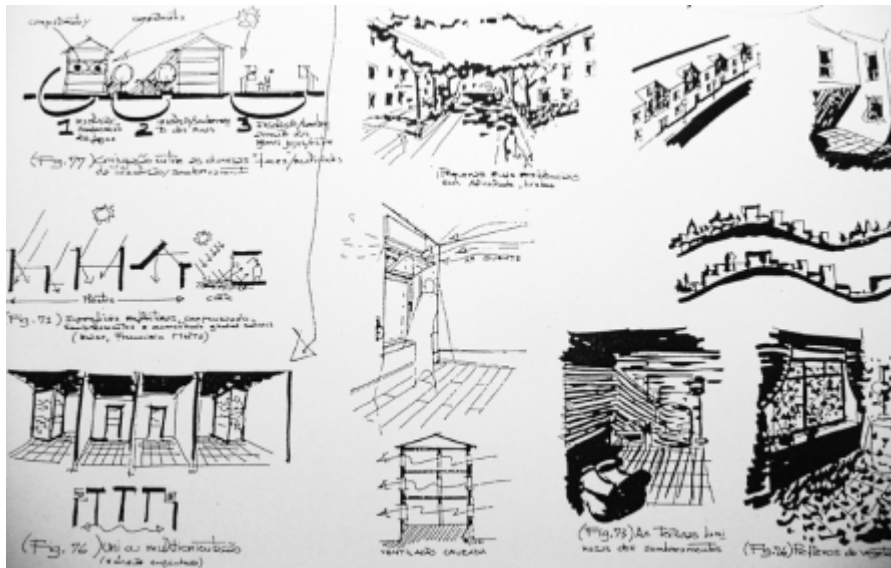


Fig. 03: ilustrações que acompanharam o estudo original

2. Alguns aspectos estruturadores da agradabilidade

Os aspectos referidos a uma estruturação da agradabilidade arquitectónica residencial, ou do bem-estar dos habitantes nos seus espaços domésticos e nas vizinhanças que habitam, caracterizam-se por uma grande diversidade de matérias que, tal como se acabou de apontar, se devem integrar e embeber na respectiva solução arquitectónica, mas que estabelecem pontes estratégicas com um amplo leque de especialidades, entre as quais se referem as seguintes (numa ordem aleatória):

(i) Adequação climática global: através de um urbanismo “solar”, estruturado pelos aspectos climáticos e microclimáticos do local de intervenção, numa estratégia de aplicação de densidades do edificado, proximidades entre edifícios, perfurações e organizações internas desses edifícios e aplicação de elementos de protecção e harmonização climática, seja nos edifícios, seja em espaços exteriores que se deseja possam ser intensa e longamente usados. De certa forma a arquitectura urbana, que tem de associar edifícios e exteriores citadinos, deve ser cuidadosamente pormenorizada, também, em termos de adequação climática.

(ii) Abundante iluminação natural e insolação estratégica e controlada: pela qualificação e orientação favorável de diversos espaços e compartimentos, bem como pela sua protecção relativamente a luz e sol excessivos, através de elementos específicos e controláveis; no exterior há questões de proximidade e difusão. No que se refere à iluminação artificial ela liga-se a outros tipos de

aspectos de concepção, aqui não abordados, mas aproveita-se para sublinhar a sua grande importância em termos conceptuais, visando-se a satisfação doméstica e residencial aprofundadas, bem como aspectos hoje essenciais de funcionalidade e segurança - e não será excessivo apontar a grande relação que importa estabelecer entre iluminação artificial e natural e, também, a essencial relação entre elas e os zonamentos funcionais residenciais.

(iii) Sentido de abertura paisagística: a questão de poder haver uma abertura paisagística adequada tem a ver com condições mínimas de um certo sentido de abertura, ainda que sendo uma abertura a uma paisagem de vizinhança de grande proximidade e amigabilidade.

(iv) Bem estar geral e saúde: descanso/descontração, cor e aspectos psicológicos da cor , eventual toxicidade dos diversos elementos e materiais usados nos acabamentos domésticos e residenciais.

(v) Adequação, conforto e isolamento sonoro: da estratégia urbana, à edificada e à da organização do fogo e aos aspectos construtivos.

(vi) Circulação do ar/ventilação constante e adequada: da estratégia urbana, à edificada e à da organização do fogo e aos aspectos construtivos.

(vii) Conforto higrotérmico, temperatura dentro dos parâmetros de conforto: afectação de espaços exteriores e disposição de vãos e compartimentos específicos.

(viii) Conforto ergonómico básico: antropometria, ergonomia e funcionalidade.

(ix) Contacto com elementos naturais e designadamente com plantas e árvores: aspectos de apropriação, estímulo, segurança, etc.

(x) Aproveitamento da energia solar passiva: relações entre edifícios e orientação.

(xi) Aproveitamento de outros recursos naturais do local de implantação, por exemplo, em termos de sombreamento, ventos dominantes e brisas, vegetação, água, vistas, etc.

(xii) Desenvolvimento de ambientes interiores e exteriores fáceis e agradáveis de usar, ergonómicos e estimulantes: afinal, será sempre bem diferente um espaço residencial provado ou público simplesmente funcional de um outro extremamente bem concebido nos seus aspectos funcionais pormenorizados e de relação mútua entre elementos distintos, e boa parte de um bom projecto estará sempre nesse “suplemento” de agradabilidade e estímulo no uso, que se pode designar de funcionalidade acrescida ou então chamar-se criatividade ou ainda uma outra designação - e não tenhamos dúvidas de que esta matéria também questiona as questões básicas da funcionalidade restrita/restritiva.



Fig. 04

3. A agradabilidade, da habitação, à vizinhança e ao bairro

O conceito de agradabilidade residencial pretende sintetizar o desenvolvimento de diversas condições de conforto ambiental e de bem estar material, comodidade e prazer ou agrado nos diversos espaços e ambientes residenciais.

Trata-se de desenvolver arquitecturas residenciais harmonizadas com as diversas condições de conforto ambiental mais consolidadas (térmico-higrométrico e de insolação/sombreamento, acústico, de ventilação e de iluminação natural e artificial) e, na medida e na escala próprias, integrando, ainda, preocupações de higiene, pureza do ar e até aspectos determinantes na área da ergonomia. De forma geral, podemos referir que terão aqui lugar o eco-urbanismo e a eco-

arquitectura.

Este parece ser, por um lado, um objectivo óbvio, mas parece não o ser na medida em que são muito raros os exemplos práticos da sua concretização, e, por outro lado, é, sem dúvida, um objectivo primordial quando se quer atingir uma adequada satisfação de quem habita

4. Estratégias de agradabilidade

São as matérias indicadas nos 12 aspectos de estruturação atrás apontados. De certa forma podemos considerar aqueles caminhos como estratégias de aprofundamento e desenvolvimento da agradabilidade doméstica e residencial (vizinhanças domésticas) de uma dada solução.

4.1. A agradabilidade arquitectónica residencial ao nível urbano: um mundo de relações que é, afinal, matéria de base da concepção

Pensar a agradabilidade urbana e residencial ao nível urbano é matéria que, por si só, merece vários livros, pois trata-se de abordar a cidade e a micro-cidade numa perspectiva de zonas sombreadas e insoladas, corredores de ventilação, zonas húmidas que importa sanear, zonas ventosas que há que proteger e zonas abrigadas e estrategicamente “climatizadas” que podem devem constituir uma verdadeira espinha dorsal, seja das principais acessibilidades pedonais na zona em estudo, seja das suas principais ruas, ruelas e pracetas onde se pretende que ocorra uma estadia intensa e ariculada com variadas actividades.

No entanto, se as preocupações com a relação forte entre espaço doméstico e natureza são ainda matéria de discussão, o que dizer quando tais preocupações se estendem, como tem de ser, ao espaço urbano das vizinhanças residenciais? O panorama de estudos e de elementos concretos aplicáveis é ainda muito desolador, e no entanto trata-se, afinal, de uma matéria muito provavelmente vital para a garantia da vitalização urbana e habitada de muitos espaços citadinos, pois não tenhamos dúvidas que ninguém permanece em zonas desabrigadas, desconfortáveis e inóspitas, e o peão, elemento imprescindível da vitalização e humanização urbanas está inteiramente dependente da definição de continuidades urbanas e residenciais agradáveis ao longo de todo o ano e o mais possível ao longo de todo o dia, e se essas boas condições não existirem não vai andar a pé e não vai vitalizar a sua vizinhança e o seu bairro.

4.2. A agradabilidade nos espaços públicos versus a agradabilidade nos espaços edificados

Naturalmente a agradabilidade é relacional, exterior e interior, afecta a fruição dos espaços públicos ao ar-livre, bem como o interior dos edifícios e das habitações, não esquecendo as vitais zonas de relação entre interior e exterior, que são frequentemente essenciais, por exemplo, para boas condições de iluminação natural, ventilação e temperatura nos espaços mais interiorizados (ex. espaço comum com triplo pé-direito dos edifícios da Caselcoop, do Arq.º Justino de Moraes).

Hoje em dia domina-se bem o conforto no interior do edificado, embora tal conhecimento não seja aplicado como regra e começamos a estudar o conforto no exterior público, embora aí seja crítica a falta de elementos de enquadramento das diversas variáveis de conforto para desenvolvimento de uma adequada concepção arquitectónica - e nesta matéria considera-se urgente a recuperação e “tradução” arquitectónica dos fundamentais trabalhos sobre insolação/sombreamento de Cavaleiro e Silva e João Malato, editados no LNEC já nos anos 70 do século passado.

4.3. A agradabilidade nos espaços públicos

Fazer habitação não se pode limitar ao espaço que fica da soleira da porta de entrada para dentro, sendo essenciais as condições de habitabilidade e de conforto proporcionadas pelo sítio onde habitamos, e nas quais se destacam:

- . quer a máxima protecção relativamente às diversas fontes de poluição, incluindo as fontes de ruído, e aos perigos e incómodos associados à circulação de veículos motorizados;
- . quer a existência de espaços exteriores e equipamentos que sejam verdadeiramente convidativos para uma intensa estadia no exterior em actividades de lazer, recreio e convívio, num contacto estimulante com a natureza e num meio especialmente amigável para crianças e idosos.

Afastar dos ruídos incómodos e criar santuários de sossego residencial, abrigar dos ventos e proporcionar zonas de estadia com brisas frescas, sombrear e insolar nas estações certas, distribuir a luz durante todo o dia de uma forma agradável e estratégica, evitar ou reduzir a contaminação do ar na proximidade de residências, proporcionar adequadas condições de limpeza do espaço público e conceber espaços públicos globalmente ergonómicos são preocupações que têm componentes especializadas e outras que devem ser passadas sob a forma de

ferramentas práticas para aplicação no projecto.

E em tudo isto é fundamental o relativo protagonismo da vegetação nas suas diversas formas.

Os jardins e os espaços ajardinados na envolvente da habitação proporcionam satisfação, bem-estar e inúmeras vantagens para a saúde física e psíquica, sendo a introdução do verde a única solução capaz de recuperar e humanizar muitos dos nossos espaços urbanos e residenciais. Os jardins urbanos proporcionam emoções únicas e a relação com a natureza é essencial para o bem-estar humano.

Bons espaços para peões, agradáveis e seguros, envolvendo a habitação, são fundamentais para a saúde das pessoas mais sensíveis, para o crescimento das crianças e para o lazer dos idosos, motivando o uso intenso do exterior, com vantagens: directas para a saúde física e psíquica dos habitantes; e indirectas por aumento da animação, do convívio e, conseqüentemente, da segurança. E o nosso clima permite, durante grande parte do ano, longas permanências no exterior.

A temática do equilíbrio paisagístico e ambiental e da cuidada naturalização do espaço urbano tem toda a ligação com a que acabámos de apontar, mas configura aspectos específicos e urgentes. Um destes aspectos tem a ver com a importância do desenvolvimento do verde urbano e designadamente da plantação de árvores como factor de redução do CO₂ - e a propósito refere-se que uma árvore consome, em média, ao longo da sua vida, uma tonelada de CO₂. Mas além desta vantagem as árvores urbanas são excelentes aliados de uma ampla sustentabilidade pois, tal como é referido pela London Tree Officers Association (LTOA) têm múltiplas vantagens:

- . Nas áreas da saúde e do bem-estar as árvores “reduzem o risco de cancro na pele, os níveis de stress e de doença e os níveis de ruído e de poeiras”; e quando envelhecem “proporcionam carácter e sentido de lugar e de permanência”.
- . Em termos de influência no clima local: “as árvores absorvem dióxido de carbono, produzem oxigénio, filtram, absorvem e reduzem os gases poluidores, suavizam temperaturas, e reduzem o risco de enxurradas” (retendo a água da chuva).
- . Em termos aspectos sociais e ambientais: as árvores proporcionam amenidade, valia estética e continuidade histórica; marcam a mudança das estações; e são fundamentais no apoio a uma biodiversidade que é também verdadeiro espectáculo biológico.

. No que se refere a vantagens várias ... : “as árvores fazem aumentar o valor de propriedades residenciais e comerciais entre 5% e 18% e o valor do terreno não infraestruturado até cerca de 27%” (referências londrinas); “quando plantadas estrategicamente reduzem custos de aquecimento e arrefecimento dos edifícios”; e proporcionam fonte sustentada de “composto”.

4.4. A agradabilidade na vizinhança de proximidade e na relação desta com os edifícios

Boas condições de conforto na vizinhança valem por si próprias, no estímulo que exercem para na estadia no exterior e em tudo o que lhe está associado, bem como na influência já referida sobre boas condições de conforto no interior dos edifícios.

As cidades não são, hoje em dia, por natureza, sustentáveis, designadamente, em termos ambientais. Mas se quisermos avançar nesta matéria há que tentar tudo fazer para se reduzirem as influências ambientalmente negativas das cidades e para o fazer há que privilegiar, sistematicamente, intervenções integradas e consistentes, designadamente, nos seguintes tipos de aspectos:

- . estruturar o novo espaço urbano tendo em conta a geometria da insolação em edifícios e espaços públicos;
- . ter em conta o conforto acústico e a protecção acústica;
- . maximizar a permeabilidade dos espaços exteriores relativamente à água das chuvas;
- . desenvolver o aproveitamento local maximizado do ciclo da água ;
- . considerar um verdadeiro e positivo verde urbano;
- . fomentar os usos pedonais funcionais e recreativos;
- . apoiar o uso de bicicletas e outros meios de acessibilidade amigos do ambiente;
- . dinamizar o convívio vicinal;
- . estimular o uso de transportes públicos;
- . e considerar as características de composição e de reutilização dos materiais usados nos espaços exteriores, favorecendo aqueles que sejam mais amigos do ambiente.

O principal fio condutor deste conjunto de objectivos deve ser um verdadeiro protagonismo do espaço público e da imagem urbana,

4.5. A agradabilidade nos espaços edificados

Ao nível do espaço edificado as estratégias e sistemas de isolamento acústico

mútuo e de ventilação, a geometria da insolação e iluminação natural, as técnicas de isolamento térmico e a pormenorização ergonómica estratégica de certos elementos (ex. escadas) são já bastante conhecidas, embora também pouco traduzidas em termos de ferramentas de apoio ao projecto e raramente aplicadas, até em aspectos que correspondem a simples soluções de boa consciência e de boa prática, como é o caso de um desenho específico de vãos considerando as suas várias funções e designadamente a ventilação. Note-se, ainda, que o que se aplica tem, frequentemente, razão regulamentar (ex. térmica).

É fundamental considerar outros aspectos, além dos ambientais, quando o objectivo é o desenvolvimento de partes de cidade mais humanizadas e sustentáveis. Temos um excelente paralelismo para esta ideia na definição que Claire e Michel Duplay deram de “franja do Edifício: a zona que o envolve desde o solo, à cobertura, passando pela fachada e o “lugar de expressão construtiva, de adaptação climática e de refúgio do imaginário” (1) - as matérias do ambiente constituem, aqui, e, globalmente, na concepção arquitectónica, directa e indirectamente, talvez, cerca de um terço da totalidade da matéria, que se desenvolve, igualmente, pela “expressão construtiva” e pelo “refúgio do imaginário”, igualmente matérias-base da Arquitectura.



Fig. 05

5. A agradabilidade nas habitações

O bem-estar na habitação depende quer de boas condições de conforto ambiental, associadas, designadamente, à redução do "stress", quer de uma espaciosidade tolerante relativamente a diversos usos.

O conforto é garantido pelo sossego - por boa organização doméstica e isolamento sonoro -, por adequada iluminação natural e artificial, por boa orientação solar e adequação climática no Inverno e no Verão, pela existência de vistas agradáveis sobre a envolvente, pela facilidade de limpeza e pela qualidade dos materiais.

O bem-estar doméstico deve ser servido por uma espaciosidade e organização adequadas, que garantam a privacidade e a capacidade de apropriação no uso da habitação, e que tenham em conta, especificamente, a agradabilidade e a segurança, num sentido amplo de profundo bem-estar, de crianças, idosos e doentes, pois espaços que respeitem as condições genéricas de movimentação, concentração e percepção de pessoas com diversos problemas ou deficiências nessas áreas, serão excelentes espaços para o habitante/utente comum.

Visando-se o bem-estar dos habitantes mais sensíveis há que privilegiar na habitação: níveis melhorados de espaciosidade e de conforto térmico, uma organização interna e acabamentos que proporcionem uma boa percepção espacial, cuidados acrescidos de sanidade ambiental e de funcionalidade nas lides domésticas e no uso corrente de equipamentos, fácil controlo das condições de temperatura e de ventilação, condições acrescidas de sossego acústico, de insolação e de vistas, forte penetração da luz natural no interior doméstico, e, finalmente, condições acrescidas de segurança e de comunicações de emergência no uso normal e em relação a visitantes e a intrusões.

Estas condições que favorecem o bem-estar doméstico de crianças, idosos e doentes são igualmente favoráveis para uma vivência mais versátil do utilizador corrente, o que é excelente quando se visa a maior adequação a diversos modos de habitar.

A existência, na habitação, de condições funcionais, de conforto ambiental (temperatura, luz natural, sossego) e de espaciosidade melhoradas são aspectos que determinam a redução dos acidentes domésticos (e por exemplo, o excesso de ocupação aumenta o risco de acidentes).

Para o apoio de adequadas condições de saúde é essencial que o descanso e o sono sejam bem apoiados nas nossas casas.

É também importante ter em conta os aspectos específicos de conforto ambiental de cada localização regional e as condições específicas de conforto dos espaços exteriores domésticos.

O conforto térmico é essencial para o bem-estar no interior do edifício, está ligado à adequada exposição solar, ao sombreamento das janelas habitacionais e à eficácia do isolamento e da ventilação do respectivo espaço interior. E há uma relação directa entre a mortalidade nas alturas do ano mais frias e mais quentes e os grupos sociais mais vulneráveis a tais condições - uma vulnerabilidade crítica quando habitações desconfortáveis são habitadas por pessoas com reduzidos meios económicos.

Uma boa capacidade de ventilação natural, com janelas feitas com essa finalidade e com dispositivos próprios de ventilação permanente é importante, quer para o melhor conforto de Verão, quer para uma boa qualidade do ar interior com um mínimo de elementos contaminantes, destacando-se a importância da ventilação “cruzada”, atravessando muitas zonas da habitação, entre duas paredes exteriores opostas.

Um problema directamente ligado com a ventilação e muito negativo para a saúde é a existência de habitações húmidas, propícias ao crescimento de fungos e bolores e à infestação por alguns insectos. A humidade excessiva liga-se, quer a problemas na organização e pormenorização doméstica, quer a problemas de condensação, frequentemente associados a condições de pobreza, pois acontecem, regularmente, em habitações mal aquecidas, mal isoladas, mal ventiladas e sombrias.

Entre as principais causas de insatisfação com a habitação salienta-se, frequentemente, a insuficiência de luz natural e a falta de insolação. É, assim, fundamental prever boas janelas, que integrem dispositivos de ventilação, e é necessário ter em conta que a orientação Sul é muito favorável, a orientação Norte é excelente no Verão mas negativa no Inverno, e as orientações Nascente e Poente são especialmente desfavoráveis no Verão; havendo aqui que harmonizar a orientação dos diversos espaços domésticos.

Globalmente é de evitar, a todo o custo, a exposição unilateral de uma habitação -. portanto uma habitação apenas com uma parede exterior - e importa favorecer as soluções interiores que façam a luz natural e a radiação solar penetrar ao máximo na habitação, com a reflexão da luz natural no interior através de cores claras; condições estas que proporcionam um melhor equilíbrio fisiológico e uma positiva ligação ao mundo exterior. E atenção que a clausura e o silêncio, quando indesejadas, podem perturbar tanto como a devassidão visual e o ruído.

As janelas da habitação devem proporcionar boas condições de iluminação, arejamento e vistas exteriores, integrando soluções que permitam a penetração da radiação solar no Inverno, impedindo-a no Verão, de acordo com a respectiva orientação.

É essencial considerar as influências críticas do ruído no sono, no sossego, na privacidade e na concentração (por exemplo, necessária ao trabalho e ao estudo); o que sublinha a importância dos cuidados a ter, quer em soluções de isolamento do ruído, quer na disposição e organização relativa dos diversos compartimentos e respectivas vizinhanças.

Salienta-se, ainda, que no interior habitacional é muito importante para a saúde o contacto com a natureza e com o espaço público, bem como a mudança da luz natural ao longo das horas do dia. Sol, ar fresco e plantas verdes proporcionam impressões favoráveis tanto em períodos de actividade criadora como de repouso. E mesmo os habitantes que usam pouco os espaços exteriores, apreciam as suas vistas, a proximidade com zonas verdes e a possibilidade de poderem usar exteriores privados (como quintais, varandas e terraços).



Fig. 06

6. Carácter e importância específica da agradabilidade

A agradabilidade arquitectónica e residencial é uma qualidade residencial que se refere, essencialmente, ao desenvolvimento de condições de conforto, bem estar material, consolação (consolo), comodidade e prazer ou agrado nos diversos espaços e ambientes residenciais.

Com esta qualidade pretende-se suscitar a "inclinação" ou o prazer tanto por um certo espaço ou ambiente específicos, como idênticos sentimentos referidos à globalidade de cada nível físico residencial e mesmo a toda a área residencial ou conjunto coerente de habitações.

A agradabilidade é a qualidade do que é aprazível, do que causa deleite e delícia, do que proporciona prazer íntimo, do que dá gosto e até recreia, diverte e alegra.

Da matéria específica que trata a agradabilidade arquitectónica residencial, importa para já realçar que nem se refere apenas a aspectos de conforto ambiental, nem lhes é de modo algum alheio; assim, esta qualidade tem importantíssimas "pontes" de contacto com características de insolação, luminosidade, efeitos acústicos, harmonia higro-térmica e ventilação, mas não se esgota nestas características que são, afinal, campos específicos dos extensos estudos de conforto ambiental, nas suas diversas parcelas científicas.

Os variados campos da agradabilidade residencial prendem-se, essencialmente, tanto com as relações entre conforto ambiental e outras qualidades arquitectónicas residenciais, tais como a funcionalidade, a capacidade, a privacidade e a acessibilidade (para citar apenas talvez as mais evidentes), como com aspectos de ordem psicológica (ex., conteúdos psicológicos das cores) e sociológicos ou de modo de vida (ex., tradição/hábito de usar o exterior).

7. Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a agradabilidade arquitectónica residencial

Em termos de reflexão geral apuram-se, para já, os seguintes aspectos.

A agradabilidade, ao sintetizar todo um leque de variáveis físicas específicas e objectivas relacionadas com o conforto ambiental e o bem-estar físico, pretende constituir-se numa ponte de passagem e interpretação de toda essa informação especializada para a prática de uma arquitectura urbana e residencial corrente,

mais informada e ambientalmente fundamentada.

Esta natureza da agradabilidade configura um rumo qualitativo objectivo e de primeira linha, não sendo de admirar que as referências críticas dos moradores sejam frequentemente dirigidas para os aspectos de ausência de conforto ambiental.

Em termos dos desenvolvimentos considerados mais interessantes nestas matérias da agradabilidade urbana e residencial, salientam-se os seguintes temas de estudo.

Fazer uma arquitectura urbana e edificada com sensibilidade ao conforto ambiental e ao bem-estar, aspectos estes que, frequentemente, resultam de poderosas conjugações entre características arquitectónicas do edifício e da sua vizinhança próxima, deveria ser uma condição subjacente a qualquer acto de concepção arquitectónica, mas é, ainda, difícil uma tal opção devido, por vezes, à ausência de pontes técnicas clarificadas e fáceis de aplicar entre as diversas especialidades e o projecto de arquitectura (quase só em edifícios especiais), mas há que construir tais pontes urgentemente e, entretanto, agir com bom senso, ponderando exigentemente estes factores e divulgando-os de forma apelativa.

Afinal e como referiram Nuno Portas e Gonçalo Byrne, num evento sobre Arquitectura e sustentabilidade, as questões da sustentabilidade começam no território, antes da Arquitectura, o edifício tem autonomia, mas há sempre a estratégia urbana e paisagística. E os mesmos autores concordaram, então, na importância da exequibilidade de uma sustentabilidade arquitectónica que não seja excessivamente ambiental, por ser também social e económica e marcada por uma urbanidade ampla, não limitada aos centros das cidades e uma sustentabilidade arquitectónica em que a expressiva maioria dos aspectos projectuais a ter em conta se referem aos factores de localização e orientação, sucedendo-se, numa sequencial redução de importância, os aspectos ligados ao aproveitamento e controlo de energias passivas e, finalmente, numa escala mais reduzida os designados sistemas activos.

Uma casa deve ser termicamente equilibrada - fresca no Verão e cálida no Inverno - e isto foi possível, desde há muitos anos, através de uma construção bem desenvolvida em termos de uma adequada orientação solar, de uma cuidada

pormenorização, e de uma construção que isola e proporciona uma ventilação estratégica; afinal objectivos que desde há milhares de anos estão connosco, só que, muitas vezes, esquecidos.

Os cuidados de boa orientação solar e de boa ventilação marcaram, desde sempre, a Arquitectura, e o desenvolvimento de uma construção adequada tem encontrado, nos últimos anos, um leque cada vez maior e mais versátil de soluções, que proporcionam máximas condições de isolamento com um mínimo de ocupação espacial e uma maximização da facilidade da construção, condições estas que também têm caracterizado, por exemplo, quer os vãos domésticos, em que, cada vez mais é possível aliar o máximo de luz a um máximo de condições de controlo da luz e de outros aspectos associáveis, quer as diversas instalações associadas a aspectos de conforto e de funcionalidade. Mas é salutar ter presente que há milhares de anos já se praticavam estes objectivos de bem-viver a casa, embora, frequentemente, para poucos (os mais favorecidos).

Se avançarmos nas áreas do consumo de energia e de água as lições são idênticas, pois é igualmente salutar lembrar que desde há milhares de anos se usa a força do vento e dos cursos de água para múltiplos fins; isto apenas para dar um exemplo. É evidente que a escala das necessidades aumentou de forma quase incontrolável, mas é importante termos presente que deixámos de usar, por exemplo, moinhos eólicos para regar hortas, há poucas dezenas de anos, e na mesma altura deixámos de usar fogões a lenha, e, nas cidades, reconvertimos muitas linhas de eléctricos a autocarros, enquanto inventámos regulamentos que dão, em princípio, mais luz natural às habitações, mas tornam as ruas menos abrigadas do sol, do vento e da chuva; e hoje em dia, talvez possamos vir a recuperar algumas dessas soluções, designadamente, no que se refere a uma estratégica densificação urbana.

Se tentarmos discriminar, sinteticamente, as principais facetas de um amplo leque de matérias ligadas a uma verdadeira sustentabilidade residencial com reflexos nas áreas da Arquitectura teremos aspectos de: integração paisagística; redução do consumo de recursos não renováveis; equilibrada densificação urbana; adequada luz natural e insolação no interior dos edifícios (e não esqueçamos o contributo da boa luz natural para a satisfação com o habitar); eficácia do isolamento térmico e da ventilação natural; adequado isolamento acústico (e não esqueçamos o contributo da falta de isolamento acústico para as más relações entre vizinhos); e disponibilização de um leque de materiais, acabamentos e

instalações amigas da saúde humana e do ambiente.

Nestas matérias é ainda muito importante que certos aspectos sejam objecto de um máximo esclarecimento em termos dos equilíbrios ou desequilíbrios custo-benefício que certas soluções proporcionam, contabilizando-se os benefícios numa perspectiva verdadeira e portanto ampla (ex., benefícios físicos e psicológicos da luz natural e da relação com a natureza) - e é fundamental apontar que, muito provavelmente, um bom isolamento térmico e acústico caracterizando uma habitação bem orientada relativamente ao Sol e com muita luz natural caracteriza uma solução muito mais positiva e “sustentável” do que outra sem essas características, mas “compensada” pelos mais variados gadgets mais ou menos tecnológicos.

Notas:

(1) Claire e Michel Duplay, "Methode Illustrée de Création Architecturale", pp. 138, 139 e 143.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar n.º 319, 07 de Novembro de 2010

Etiquetas: [agradabilidade](#), [agradabilidade arquitectónica residencial](#), [agradabilidade residencial](#), [antónio baptista coelho](#), [conforto ambiental](#), [conforto e arquitectura](#), [qualidade arquitectónica residencial](#)